

Questões sobre o marco histórico do telégrafo no jornalismo do século XIX (1870-1900)

MATHEUS, Leticia Cantarela¹
Centro Universitário Plínio Leite (Rio de Janeiro)

Resumo: Este artigo investiga o impacto do telégrafo no jornalismo do século XIX (1870-1900), ampliando e detalhando a base de análise de uma pesquisa em andamento sobre a relação entre atualização da notícia, o uso do telégrafo na captação das informações e a sensação de aceleração vivida no final daquele século em função de alterações em parte dos processos comunicacionais – pelo menos na sua porção jornalística. Foram observadas a publicação ou não dos telegramas em alguns dos principais diários que circularam na Corte do Rio de Janeiro e na Província de Niterói, entre 1870 e 1900 (Jornal do Commercio, O Fluminense, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, Diário do Rio de Janeiro; Gazeta da Tarde e O Paiz), e também a dinâmica narrativa dentro daquele sistema particular de comunicação. Aquele foi um momento em que os jornais representavam um amálgama de textos de interesse histórico e de interesse imediato sobre o cotidiano, ao mesmo tempo em que se desenhava o valor da notícia como novidade. Este artigo questiona se esse novo parâmetro de notícia foi fomentado ou pelo menos intensificado pelo poder de atualização que o telégrafo deu aos jornais.

Palavras-chave: história do jornalismo. tecnologia. telégrafo. tempo. narrativa.

Resumen: En este artículo se investiga el impacto del Telégrafo el Periodismo del siglo XIX (1870-1900), ampliando la base de análisis de una investigación en progreso acerca de la relación entre la actualización de las noticias, el uso del telégrafo en el registro de la información y la sensación de aceleración experimentada por el final del siglo, debido a los cambios en parte de los procesos de comunicación - al menos en su porción del Periodismo. Por lo tanto, se observaron la publicación o no de los telegramas en algunos de los principales diarios de circulación en la Corte Imperial de Río de Janeiro y en la Província de Niteroi, entre 1870 y 1900 (Jornal do Commercio, Fluminense, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, Diário do Rio de Janeiro, Gazeta da Tarde e O Paiz), así como la dinámica narrativa dentro de sistema de comunicación (del Telégrafo) en particular. Eso fue un momento en que los periódicos representaban una amalgama de textos de interés histórico y de inmediato acerca de la vida cotidiana, al mismo tiempo en que se dibujaba el valor de las noticias de prensa como algo nuevo. Este artículo pregunta se estos nuevos parámetros de noticias fueron fomentados u intensificados por el poder de actualizar que el Telégrafo dio a la Prensa.

Palabras clave: História del Periodismo, Tecnologia, Telégrafo, Tiempo, Narrativa

¹ Professora de Comunicação no Centro Universitário Plínio Leite (Anhanguera/Niterói-RJ) e doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: leticia_matheus@yahoo.com.br

Introdução

Dias antes do lançamento do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, em 02 de agosto de 1875, esperava-se fazer circular pelas ruas da Corte um prospecto multiutilitário. Ele serviria para divulgação da folha, oferta de emprego para entregadores do futuro jornal e, ao mesmo tempo, capitalizava dinheiro para a nova empreitada, pois já vinha com anúncios publicitários. “A publicação da *Gazeta de Notícias* começará brevemente e será anunciada com alguns dias de antecedência nas principais folhas da Corte e Províncias,” dizia o folheto, que, hoje, poderia ser entendido como um *teaser* de marketing. Na verdade, não conseguimos confirmar se o panfleto realmente circulou, nem com qual antecedência, pois ele não é datado.² De qualquer forma, o texto faz entender que o material foi produzido com esta intenção.

O prospecto descrevia algumas características que teria o novo produto, tais como o tipo de conteúdo, a visão política (“... apenas tratará de questões de interesse geral, aceitando n’esse terreno o concurso de todas as inteligências que quizerem utilizar-se das suas columnas.”), sua área de circulação (“A *Gazeta* distribui-se por toda a cidade, vendendo-se avulsos nos principais kiosques, estações de bonds, [...] e em todas as estações da Estrada de Ferro Dom Pedro II.”) e o custo da assinatura mensal de mil réis. Assumia, assim, um compromisso com o público e pedia, entre troca, “sua benevolência e proteção”. O jornal, que circulou até 1942, tinha seu escritório (como chamavam a redação) na Rua do Ouvidor, 70. Barato e popular (custava 40 réis), ficou conhecido na posteridade como representante da imprensa abolicionista, tendo acolhido em seus quadros, em 1877, José do Patrocínio, que iniciou sua campanha contra a abolição nas páginas da *Gazeta* antes de fundar seu próprio jornal, *A Cidade do Rio*, dez anos depois.

Mas o maior destaque no prospecto de lançamento foi a divulgação da publicação dos telegramas noticiosos da agência Havas-Reuters. A *Gazeta de Notícias* anunciava que publicaria “telegrammas políticos e commerciaes, tanto do paiz como do estrangeiro”. Efetivamente, desde seu primeiro número ela já vinha com os telegramas na primeira página.³ Mas existe uma

2 Asperti (2006) afirma que o prospecto circulou junto com a primeira edição.

3 Foram estudados de forma sistemática dezenas de exemplares do *Jornal do Commercio*, *O Fluminense* e *Jornal do Brasil* no intervalo de 1870 a 1900, e ainda de forma inicial a *Gazeta de Notícias*, o *Diário do Rio de Janeiro*; a *Gazeta da Tarde* e *O Paiz*. O material está disponível na Biblioteca Nacional.

lacuna sobre o uso do telégrafo pelos jornais no Brasil, embora a discussão sobre pioneirismo deste ou daquele jornal e a precisão das datas não importe tanto para explicar as mudanças que ocorreriam.

Há relatos de que em outros estados, como na cidade de Paranaguá, no Paraná, o telégrafo já era utilizado pela imprensa local na década anterior.⁴ Sodré (1999) dá outra data para lançamento da *Gazeta*. Afirma que “o acontecimento jornalístico de 1874 será o aparecimento da *Gazeta de Notícias de Ferreira Araújo*” (p. 224), mas não se refere aos telegramas. Diz que “até 1874, as notícias do exterior chegavam por carta” (p. 215), não fazendo referência a um hipotético circuito interno de notícias via telégrafo. E continua: “Nesse ano, a agência telegráfica Reuters-Havas instalou, no Rio, sua primeira sucursal, dirigida pelo francês Ruffier. Na edição de 1º de agosto de 1877, o *Jornal do Commercio* publicava os primeiros telegramas por ela distribuídos.” (p. 215) E assim ficou entendido “para a história”. Entretanto, antes do *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias* já publicava diariamente os telegramas atualizados da Havas desde 1875. Além disso, a agência francesa não possuía o monopólio do telégrafo e outras trocas telegráficas eram feitas no Império antes da agência francesa abrir sua sucursal por aqui.

Há também que se considerar o uso que fazia dos telegramas. É possível que boa parte do que encontramos nos jornais não tenha chegado por transmissão telegráfica, mas como correspondência normal. Antes de agosto de 1877, o *Jornal do Commercio* publicava telegramas estrangeiros regularmente, mas eles funcionavam como carta. Precisavam atravessar o Atlântico de navio do mesmo jeito que os malotes dos correios, o que se pode deduzir pelo hiato entre a data que atestavam e a data de publicação. Toda a correspondência, incluindo aquela que circulara na Europa como telegrafia, era guardada para posterior publicação suplementar quinzenal.

De qualquer forma, mais importante que a certeza das datas e o pioneirismo dos jornais é

4 Esta informação foi obtida no blog “A Era da Eletricidade”: “Uma linha telegráfica chegou ao Paraná ainda no período Imperial (1866) passando pelo litoral, vinha do Rio de Janeiro e se estendia até Porto Alegre. Esta linha foi construída entre 1865 e 1866 como obra estratégica para comunicações militares durante a Guerra do Paraguai (1864/1870). Já no início de 1867 passou a operar na cidade de Paranaguá uma estação telegráfica que se interligava a esta linha, propiciando intercâmbio de informações pelos órgãos públicos e privados, bem como para a imprensa.” A ERA DA ELETRICIDADE. “O Barão, o telégrafo e a chácara”. De 06 de julho de 2010. Disponível em: <http://blogmro.blogspot.com/2010/07/o-barao-o-telegrafo-e-chacara.html>. Último acesso em: 18/01/2011.

perceber que havia múltiplos usos do telégrafo e fazer uma diferenciação entre eles, principalmente no que concerne às apropriações pelo jornalismo. Costuma-se marcar a gênese dessa relação tecnológica no momento da instalação do escritório da agência Havas no Rio de Janeiro em 1874. A partir de então, os jornais interessados poderiam comprar seus serviços telegráficos. Entretanto, nada garante que as pessoas já não usassem o meio de telecomunicação para trocar informações dentro do território nacional com o objetivo de publicação jornalística imediata. Não estamos estudando este segundo recurso, até porque nosso objeto empírico – as edições antigas – não atende a problemas dessa natureza, já que não costuma haver indicação explícita no texto sobre esse tipo de uso do telégrafo. Além disso, mesmo que haja, a informação “telegrama” pode enganar sobre a maneira como ele chegou à redação, podendo ter funcionado como correspondência física, não como transmissão elétrica.

Muito diferente é o que ocorre com os boletins noticiosos da Havas, amplamente anunciados pelos jornais assinantes. Até porque eles podiam conferir aos periódicos um signo de distinção, de modernização, embora não se saiba até que ponto os editores valorizavam o contrato com a agência e se isso conferia prestígio e autoridade para narrar a vida de seu tempo. Portanto, existe uma confusão entre a referência à Havas e a referência ao telégrafo. É a partir da contratação dos serviços da Havas e não da instalação da telegrafia no Brasil que se colocaria o marco inicial dessa aceleração da rotina produtiva jornalística ou o contrário? Perseguir essa resposta seria de grande valia para a história do jornalismo, embora nossa pesquisa esteja longe disso de dar conta disso.

O telégrafo no Brasil

As primeiras análises do *Jornal do Commercio* nos fizeram crer que a compra dos serviços telegráficos da Havas não levou o jornal a ampliar de imediato a territorialidade da cobertura, pois seu interesse continuava voltado para as notícias estrangeiras. Mas, ao confrontarmos esse dado com a análise de outros jornais do mesmo período, verificamos que, se a hipótese poderia ser verdade para o *Jornal do Commercio*, devido a seu perfil editorial, não deveria ser ampliada para outros importantes jornais do Rio de Janeiro da época.

Tanto a *Gazeta de Notícias* quanto *O Paiz* publicaram diariamente uma profusão de telegramas chegados de todas as províncias do território nacional, com todo tipo de informação. É verdade que esse circuito de comunicação já era atendido antes por cartas, mas elas chegavam à Corte com mais de 15 dias de diferença da postagem, como se supõe pelas datas de suas publicações. A partir daí, fomos obrigados mudar a hipótese inicial da permanência do antigo padrão de cobertura e admitir que o telégrafo pode ter efetivamente colaborado para a consolidação e dinamização da cobertura local, regional e nacional. Se isso ocorreu, teria ele ampliado e intensificado a percepção do cotidiano e fomentado a sensação de aceleração?

O primeiro telégrafo instalado no Brasil foi em 1809, na sua versão ótica, unindo por sinais luminosos Cabo Frio à Corte, e atendia a uma demanda exclusivamente portuária. Em 1852, começaram a ser instaladas linhas do telégrafo elétrico, formando uma rede integrada com bandeiras no Morro do Castelo. Em 1864, uma nova convergência tecnológica somou ao sistema elétrico e de bandeiras o antigo telégrafo ótico.

A adoção do novo sistema integrado representou uma demonstração diplomática de boa vontade para a Inglaterra, com base no argumento de combate ao tráfico negreiro, após a lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia o tráfico de escravos no Império. A utilização do telégrafo era essencialmente administrativa, policial e militar, tendo sido fomentada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Embora as primeiras estações telegráficas tenham sido criadas a partir de 1854, para utilização gratuita do público (Maciel, 2001; Silva e Moreira, 2007), existe uma lacuna de informação sobre como o público usou essa tecnologia e se foi utilizada como recurso jornalístico nesse momento.

Portanto, a transmissão das informações era limitada a um espaço territorial relativamente pequeno. As notícias de longe continuavam a ter que chegar por cartas ou pessoalmente por viajantes. Mas, em 1866, foi inaugurado o cabo transatlântico, permitindo a troca de dados entre América e Europa (Maciel, 2001, p. 132). Somente após a configuração desse cenário técnico, em que as transmissões transcontinentais são possíveis, é que surge a Havas no Brasil. A partir de então, os jornais começam gradativamente a contratar seus serviços.

A proximidade das datas entre a instalação do cabo, a abertura do escritório da agência e os primeiros

contratos nos levou inicialmente a imaginar que os editores não vissem muito sentido em adotar o telégrafo antes do cabo transatlântico, porque o interesse maior era por notícias do exterior. O cotidiano local não seria tão digno de noticiário. Isso pode ser verdade em relação ao *Jornal do Commercio*, cuja seção “*Telegrammas*” prioriza a cobertura internacional. Mas o mesmo argumento não funciona para outros jornais do mesmo período, como *O Paiz*, de 1884, e a *Gazeta de Notícias*, de 1875, nos quais a proporção de telegramas nacionais e do estrangeiro é semelhante e, por vezes, até invertida.

“Constantinopla, Vienna, Londres, Amsterdan, Antuerpia e Nova York” estão lá entre os primeiros telegramas, mas em seguida vêm Pará, Pernambuco, Bahia e Santos. A origem dos comunicados mostra que naquele sistema de comunicação (Darnton, 1990) se dava relevância às notícias do estrangeiro, mas também chama a atenção o esforço em dar conta de uma rede nacional de troca de informações, sobretudo econômicas. Paris e Berlim são seguidas por Fortaleza, Recife e Desterro. Os telegramas eram muito usados para informar as cotações das mercadorias em diferentes entrepostos nas províncias e por quanto estavam sendo negociadas no exterior. Além disso, tratavam de notícias políticas e de assuntos cotidianos em geral.

Este debate não se justifica pelo fato de estamos procurando a gênese do uso jornalístico do telégrafo, mas porque é preciso perceber, dentre as mudanças que ocorrem gradativamente no jornalismo, aquelas causadas por novos problemas e por novas soluções construídas pelas pessoas que se apropriaram daquela nova tecnologia para fins jornalísticos. Afinal, a rigor, um jornal diário só se torna efetivamente diário com a possibilidade de atualização diária. Um jornal não é diário somente pelo fato de sair todo dia, mas também porque as edições representam sínteses narrativas cujo efeito é representar um dia, mas cuja correspondência a esse intervalo de tempo não é perfeita. Há nos jornais memórias, retrospectivas, notícias “requeentadas”, assuntos velhos publicados com “ganchos” etc.

Considera-se diário o periódico que circula pelo menos três vezes por semana, ou seja, nem sempre ele precisa circular os sete dias da semana. Por exemplo, o *Jornal do Commercio* chegou a condensar sábado, domingo e segunda-feira numa só edição. O *Fluminense* condensa domingo e segunda e o *Jornal do Brasil* “pulava” a segunda-feira nos anos 1930. Portanto, o próprio *status* “diário” é um efeito narrativo sintetizado nas edições.

O tempo contado encontra o tempo do contar

Quando o *Jornal do Commercio* começou a publicar os telegramas da Havas, o primeiro impacto foi a intensificação da rotina de atualização das informações. Os suplementos quinzenais que sintetizavam notícias e balanços comerciais desde seus primeiros anos foram abolidos naquela década (Matheus, 2010), em função da incorporação da prática da atualização na sua rotina diária, sem mais a necessidade de acumular informações extras por vários dias até sua publicação num suplemento especial, já que as notícias passaram a chegar rapidamente por transmissão telegráfica. Pode ser coincidência, mas chama atenção o fato de que, quando os periódicos incorporaram os serviços da Havas, como forma de obter informação, eles ganham em velocidade não somente produtiva, mas principalmente nos seus contornos narrativos. E talvez esses dois fatores somados sejam responsáveis pela sensação de aceleração ou de intensificação do presente ou de adensamento da modernidade (ou como se queira chamar). Não por causa da Havas ou do telégrafo, mas pelo encantamento com a própria capacidade de atualizar o fluxo dos acontecimentos, somado à maior oferta de informação e possivelmente à resposta positiva do público quanto a esta prática.

Ao mesmo tempo, a disponibilidade dos novos recursos não mudava tudo. O uso do telégrafo obedecia à lógica das práticas jornalísticas e comunicacionais da época obviamente. Não se consolidava num único texto essas várias informações, mas se publicavam em série todos os telegramas recebidos até o fechamento do jornal. (Seria o pagamento da Havas feito por boletim publicado?) O curioso é perceber o quanto fazemos isso, não tanto nas páginas impressas, mas no jornalismo *on line*, por exemplo, nas notas chamadas “Plantão” (*O Globo-RJ* e *Zero Hora-RS*), “Última Hora” (*Estadão-SP*), “Minuto a Minuto” (*Terra*), “Últimas Notícias” (*O Povo-CE*) e outras semelhantes. Quantas vezes não encontramos essas notas desatualizadas, que não foram retiradas do ar ou sem um texto que consolidasse os vários micro-acontecimentos de uma reportagem?

Coritiba, 21

Noticias chegadas da Villa do Rio Negro dizem que 300 capangas armados por senhores de engenhos de S. Bento, atacaram as casas em construção nas barreiras ultimamente creadas no território do Paraná para tributar-se a herva matte exportada deste estado.

Coritiba, 21

O governo do Paraná mantém-se firme, tomando providencias que evitem conflictos.

Coritiba, 21

Acabaram de seguir para o Rio Negro 50 praças de cavallaria, commandadas por um capitão, afim de garantir ali a ordem publica. Espera-se que tudo será resolvido pacificamente. (O Paiz, 22 de julho de 1890, p.1)

Esses telegramas foram publicados em sequencia, evidenciando que a redação de O Paiz fora atualizada acerca dos conflitos no Paraná ao longo de todo o dia anterior, provavelmente recebendo esses informes em horários distintos, embora o jornal não tenha indicado a hora. A publicação de cada telegrama integralmente exhibe o fluxo de informação com o qual trabalhavam os jornalistas, apresentando ao leitor a multiplicidade de tempos do fazer do jornal. (Ou a agência enviava pacotes uma vez por dia?) Se esses boletins fossem consolidados num único texto, como ele seria hoje?

Em primeiro lugar, haveria um título e talvez um subtítulo: “Governo manda tropas para conter conflitos no Paraná” ou, dependendo do ponto de vista, “Produtores rurais reagem contra novo imposto de exportação”. O *lead* poderia ser assim:

Do correspondente em Villa do Rio Negro (PR) (ou “do enviado especial” ou “da sucursal de Curitiba” etc) – O governo do Paraná enviou ontem 50 praças de cavallaria, comandadas por um capitão, para a região de São Bento, onde cerca de 300 capangas depredaram as casas de tributação que estavam em construção para o recolhimento de impostos sobre a herva matte exportada daquele estado. O ataque foi liderado por senhores de engenhos de São Bento, que forneceram as armas para os capangas. O governo espera resolver o impasse pacificamente. (Ficcional)

Entre outras variações ou mesmo linguagem corrente e mais apuração, o texto poderia ser assim hoje. Segundo nosso modelo, há uma planificação do tempo, ou, conforme Ricoeur (1994), poderíamos dizer que há maior concordância dos múltiplos tempos na síntese narrativa que elaboramos. Já no primeiro modelo percebe-se maior discordância temporal, promovendo

um efeito de fragmentação da narrativa (pelo menos para nossos parâmetros atuais). O leitor de 1890 acompanhava o passo a passo de como o redator tomou conhecimento dos fatos. Tal observação nos levou a questionar a tal fragmentação pós-moderna da narrativa, pois o leitor do final do século XIX já operava sua interpretação transitando por fragmentos de uma história. O padrão narrativo de outro jornal, a Gazeta da Tarde, em 1880, por exemplo, era integralmente fragmentado.

Este outro exemplo trata da escolha de uma chapa que concorreria às eleições no Espírito Santo:

Victoria, 19

Na casa de residência do ex-chefe liberal barão de Monjardim, houve hontem à noite reunião política, á qual compareceram diversos liberaes e alguns conservadores, da antiga fracção Mascarenhas, além dos republicanos Bernardo Horta e Antonio Aguirre.

Nesta reunião ficou instituído a União Republicana Espírito Santense, que pleiteará as próximas eleições com a seguinte chapa: (...) (O Paiz, 20 de julho de 1890, p. 1)

Os redatores não se preocupavam em desdobrar a apuração. O telegrama chegava e era suficiente para ser publicado. O trabalho da reportagem ainda não fazia parte do raciocínio da época e de suas práticas jornalísticas, o que só ocorreria no início do século XX, conforme mostrou Barbosa (1996 e 2010), com a figura do repórter. Mas a temporalidade diária está lá, como um novo padrão de compressão do tempo que pode ser considerado como relativamente instantâneo. “Os termos ‘instantâneo’ e ‘instantaneidade’ surgem para reforçar e qualificar tanto o sentido de imediatez ou rapidez de uma ação quanto de vinculação de um intervalo ínfimo de tempo (...) ao momento presente”. (Franciscato, 2005, p. 113) Para quem vinha trabalhando com 15 dias de intervalo, 24 horas passam a ser realmente um tempo quase instantâneo. Os redatores de O Paiz tomaram conhecimento da decisão sobre a formação da nova chapa em menos de 24 horas da reunião na casa do barão, ocorrida no dia 18. O telegrama chegou à redação no dia 19 (mas poderia ter sido transmitido no mesmo dia 18) e publicado no dia 20. Portanto, o leitor toma conhecimento da notícia em dois dias.

Estamos longe da atual fetichização da velocidade, como aponta Moretzsohn (2002), segundo a qual ocorre uma

crescente valorização da velocidade, não importando tanto o conteúdo a ser noticiado desde que seja o mais imediatamente possível. A notícia jornalística é tanto mais valorizada quanto mais próxima estiver da narração simultânea do desenrolar dos acontecimentos. É evidente que seria um exagero afirmar que esse princípio norteou o jornalismo no final do século XIX, mas efetivamente o telégrafo abriu novas possibilidades.

Comparemos essas experiências com algumas edições do Diário do Rio de Janeiro em 1870, quando não havia o serviço telegráfico da Havas:

Crime horrível – O Jornal dos Debates refere um crime monstruoso praticado há poucos dias na aldeia de Beaumont. (Diário do Rio de Janeiro, 13 de julho de 1870, p 3)

Além de não haver problema na referência a outro jornal, já que a compilação era uma prática corrente na época e que ainda seria por muito tempo, é bem diferente a sensação de ler uma notícia com 40 dias de atraso, já que o crime ocorrera em 03 de junho. Provavelmente, uma história tão velha sequer entraria no jornal não fosse a força das sensações, que presentifica tudo. Afinal, o interesse pela monstruosidade é uma das poucas coisas que parece atemporal.

Portanto, vinte anos antes da notícia da formação da União Republicana Espírito Santense em menos de 48 horas, o jornalismo era bem diferente. As notícias de longe da esfera imediata de circulação do jornal eram publicadas com cerca de 15 dias de distância. Mesmo aquelas que não precisavam ser, mas não havia tanta preocupação com o “prazo de validade” da notícia. É verdade que isso ocorre ainda hoje, mas o valor da notícia como novidade exige que se criem ganchos e que se atualize a notícia. Até mesmo informações administrativas que partiam da própria Corte não contavam com cobertura tão atualizada.

O que ocorria, no Diário do Rio de Janeiro, por exemplo, assim como verificamos também no Jornal do Commercio, era o acúmulo de informações obtidas por carta a cada quinzena, produzindo um balanço periódico. O Diário publica em 23 de maio de 1870, correspondência aos Estados Unidos e Europa com discursos de dom Pedro II feito em 06 de maio, portanto, 17 dias antes. “Summary of news for Europe and the United States – semi-monthly record of events, Speech from the Throne. (Diário do Rio de Janeiro, 23 de maio de 1870, p. 1, em inglês mesmo)

Na Gazeta da Tarde, não há indicação sobre o recurso ao telégrafo e todos os textos são curtos exatamente como os telegramas, o que não nos permitiu distinguir a procedência do texto. Ainda que este jornal não usasse os serviços telegráficos em 1880, o ritmo de sua atualização estava de tal forma consolidado que os textos podiam se referir ao dia seguinte e já com o verbo no tempo presente, um recurso bastante moderno de presentificação da notícia jornalística: “Amanhã, às 7h da noite, reúne-se no paço de São Cristóvão, o conselho de Estado pleno”. (Gazeta da Tarde, 16 de julho de 1880, p. 1)

Apressando o passo

No prefácio a “História Cultural da Imprensa”, de Marialva Barbosa (2010), o professor Marco Morel diz que o século XIX não é fácil de ser compreendido. “Ao mesmo tempo próximo e distante de nós, gerou instituições, vocabulários e valores que, semelhantes aos atuais, são também bastante diferentes, neste jogo de mutações e permanências.” (Barbosa, 2010, p. 9). Entre os conceitos semelhantes daquele tempo estão “jornalismo” e “notícia”. Embora sejamos capazes de reconhecer esses conceitos nos jornais antigos, graças a um conjunto de continuidades culturais, há uma série de estranhamentos e de falsos reconhecimentos, devido às transformações que realizamos desde então. Jornalismo não era a mesma coisa que acreditamos ser hoje. Ao mesmo tempo em que havia uma identidade comum garantida pelo veículo impresso, numa sociedade pré-massa, por outro lado, as páginas de um periódico abrigavam uma multiplicidade de narrativas que hoje não admitiríamos como jornalismo, dependendo de nossa estreiteza de visão.

O Paiz publicava os “Echos de toda parte”, uma nota diária com pelo menos duas piadas, reverberando as vozes da rua. Havia ainda os passa-tempos com enigmas. Os leitores enviavam as respostas para a redação com a esperança de vencer os desafios. Outros jornais faziam o mesmo e era muito comum a publicação diária de um poema. O Fluminense usava a poesia para fazer crônicas cotidianas até as primeiras décadas do século XX. Provavelmente para aumentar a interatividade, os jornais estimulavam a ida a suas redações. A Gazeta de 10 de outubro de 1875 informava que os documentos mencionados numa reportagem poderiam ser verificados por quem quisesse ver, pois ficariam disponíveis na

redação. O Paiz mantinha a nota “Salão d’O Paiz” onde divulgava obras de arte que poderiam ser apreciadas na sua sede na Rua do Ouvidor 63-65. Além disso, os jornais eram repletos de teses, atas de assembléias, de reuniões científicas do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (uma obsessão durante muitas décadas no Brasil), debates históricos e geográficos, e outros tipos de produção que dificilmente veríamos hoje num jornal comercial. Essa diversidade coloca algumas questões sobre a percepção de tempo articulada na experiência de leitura daqueles impressos.

A observação dos periódicos do Rio de Janeiro no final dos anos 1800 sugere, pela interpretação que realizamos hoje daqueles impressos, que a sensação de aceleração não é exclusiva do final dos 1900 e início do século XXI. Aquela foi a época do cinematógrafo, da fotografia, do telefone, da luz elétrica, da segunda revolução industrial. (Sevcenko, 1998) Se os jornais do final do século XIX foram capazes de imprimir e expressar uma sensação de aceleração e ao mesmo tempo estimulá-la, dentro de um contexto particular, essa percepção de tempo dependeria de todo o sistema comunicacional vigente no qual aquelas práticas jornalísticas estavam inseridas. O público leitor, direto ou indireto, foi construindo sua própria sensibilidade para a aceleração ao interagir diariamente com um jornal.

Entender os processos comunicacionais do passado significa um esforço de compreender como o jornalismo se tornou o que se tornou, não a partir de abruptas rupturas, mas de um longo processo de pequenas mudanças. Uma dessas pequenas mudanças que lançam luz sobre o que o jornalismo se tornou está localizada nesse final de século XIX, quando se percebe não exatamente um divórcio entre noticiário e análises “históricas” mas um enfoque maior nas atividades do dia a dia. Existia uma relação entre a sensação de aceleração e a narração do cotidiano. Aquele foi o momento em que a ideia de notícia ganhava nova dimensão. Mais do que isso, o público passava a aceitar e a considerar digna do noticiário a vida comum, não apenas as histórias palacianas e a infinita reprodução de atas, decretos e discursos. Não por acaso, a figura do repórter ganharia destaque nas primeiras décadas do século XX (Barbosa, 1996), tendo como uma das razões essa ampliação da curiosidade para o cotidiano, demanda para a qual um narrador que fosse a campo poderia atender melhor. A possibilidade cultural de narrar o cotidiano daria condições para todas as transformações pelas quais passariam os

jornais posteriormente no século XX, redimensionando o potencial dessa forma de comunicação social.

Além das pistas que foram apresentadas até aqui, sobretudo em torno do poder de atualização conferido pelo telégrafo, inúmeras outras levam à suposição do direcionamento do olhar para o cotidiano no final do século XIX. A começar pela fundação da Gazeta, em 1875, com seu conteúdo totalmente voltado para o comum da vida, além de garantir uma sensação de agilidade, graças ao contrato com a Havas. Dentro deste mesmo intervalo (1870-1900), a própria Gazeta eliminaria, apenas cinco anos depois de sua fundação, as seções “Boletim Parlamentar” e “Diário das Câmaras”, substituindo-as pelos “Assuntos do Dia”. (Barbosa, 2007, p. 29) Também o Jornal do Brasil é fundado em 1891, assumindo proposta popular já em 1893.

Além deles dois, circularam no Rio naqueles anos o Cidade do Rio (a partir de setembro de 1887); o Diário de Notícias (a partir de junho de 1885); o Diário do Rio de Janeiro (até 1878); O Fluminense (no município de Niterói, a partir de 1878); a Gazeta da Tarde (a partir de 1880), o Jornal do Commercio (que vinha desde 1827); A Notícia (de 1894); O Paiz (de 1884); A Pátria (também em Niterói, até 1889); o Reformador (de 1883), para citar os principais. Destes, pelo menos quatro (Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, O Fluminense, O Paiz) eram extremamente noticiosos. Ou seja, ainda que a forma redacional não fosse evidentemente igual à atual, é fácil reconhecer naquelas páginas um enorme parentesco com o jornalismo consumido hoje. Aquele foi um momento crucial de redefinição do conceito de notícia.

Também os títulos das colunas e seções fornecem indicação desse movimento de crescente valorização da novidade dentro da concepção de notícia: “Miscellania”, “Noticiário”, “Ronda das Ruas”, “Plantão”, “Hóspedes e Viajantes”, “Polícia”, “Occurrencias” (em O Fluminense); “Na Polícia e nas Ruas”, “Diário da Cidade”, “Dia a Dia”, “Hóspedes e Viajantes” (no Jornal do Brasil). Todas elas são colunas dedicadas não apenas aos crimes, mas a informações úteis em geral, como plantão de delegados, de médicos, chegada e saída de forasteiros, e todo tipo de novidade na cidade. Até os jornais não tão dedicados a reportagens locais, como o Jornal do Commercio, passam a dar maior dinâmica a seu conteúdo, destacando a vida diária, por exemplo, na coluna “Várias Notícias”.

Além de o conteúdo dos impressos dar a sensação de intensificação do presente, por focar cada vez mais os assuntos pragmáticos do dia a dia, acionando referências cognitivas do cotidiano, também a velocidade das transmissões sofre aceleração, fomentando a sensação de adensamento da experiência e alterando os padrões de instantaneidade. Com o telégrafo, “o fluxo de informações noticiosas passou a ser quase instantâneo” (Ferreira, 2003, p. 67) ou que, pelo menos, o jornalismo passou a operar com um intervalo de tempo considerado socialmente desprezível, de modo a promover a sensação de instantaneidade. (Franciscato, 2005, p. 114)

Se é verdade que o final do século XIX foi percebido como acelerado, uma das condições de possibilidade ou causas pode ter sido o telégrafo, que impôs nova dinâmica ao jornalismo da época. Mas também é verdade que nem o fator narrativo nem o fator tecnológico explicam integralmente um possível efeito de aceleração. Há todo um contexto de valorização acentuada da rapidez, devido ao estágio do capitalismo (Segunda Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica). O jornalismo, como atividade industrial – ainda que de um bem imaterial – não poderia operar fora dessa lógica. A Gazeta de Notícias compra em 1880 uma rotativa Marinoni, capaz de imprimir 20 mil exemplares por hora, e sua tiragem alcança então 40 mil exemplares. O jornal é bastante barato, cheio de ilustrações. A composição também é acelerada, com a utilização da linotipo a partir de 1892. Naquele ano, os principais jornais também já usavam o telefone como recurso de apuração mais rápida. A divisão do trabalho é mais um recurso usado na aceleração da produção. A linotipo faz surgir o linotipista e a especialização do trabalho aumentaria ainda mais no início do século seguinte com a figura do repórter. (Barbosa, 2007, p. 26-30; Barbosa, 1996)

Há outros indícios da sensação de aceleração que podem ser lidos nos próprios jornais. Em 1892, José Fino assina crônica em O Paiz criticando os 20 minutos de espera na travessia marítima das barcas Rio-Niterói, mesmo intervalo adotado hoje. Ainda que José Fino tenha feito uma ironia, os 20 minutos não poderiam sequer ter sido percebidos como um longo intervalo se já não se interpretasse e experimentasse a aceleração do tempo na metrópole. Talvez este seja um exemplo a fortalecer o argumento de que o senso comum está de tal forma impregnado pelo presentismo que mesmo o pesquisador de comunicação tende a compreender seu próprio tempo sob a ótica do inédito.

Nas últimas décadas do século XIX no Rio de Janeiro, existia íntima relação entre a percepção de intensificação do presente e a crescente valorização da narração da vida comum, para além dos debates políticos ou da dimensão literária do jornalismo. Se houve efetivamente a transformação do parâmetro da notícia – de um conceito oitocentista para um conceito novecentista ainda nos 1800 - essa transformação teria alterado o estatuto do jornalismo no sistema comunicacional daquela época. Todo o processo de modernização da imprensa a partir da década de 1950, com a adoção de novos parâmetros narrativos, profissionais e empresariais deram ao jornalismo outro estatuto. Mas a modernização dos anos 1950 não foi sua primeira grande transformação. Na virada do século anterior, os jornais já sofriam um conjunto de mudanças impactantes ao serem popularizados, ao ampliarem seu público, além de terem passado por importantes reformas no seu sistema produtivo, com a adoção de novas tecnologias e nova organização social do trabalho. (Abreu, 1996; Barbosa, 1996; Ribeiro, 2007; Roxo da Silva, 2007)

Para perceber o *status* contemporâneo do jornalismo, é preciso enxergar as camadas de significação que foram sendo sedimentadas sobre ele ao longo do tempo, numa longa cadeia de significação. Cumprir saber como o público percebeu o tempo social usando os periódicos como mediadores e como ordenam e inscrevem suas ações nessas múltiplas temporalidades. Ler as narrativas jornalísticas é tomar parte delas de alguma forma, é se inserir na história – por identificação ou distanciamento – e tomar parte do circuito comunicacional acionado, ou pelo menos mediado, pelo jornal. Portanto, o processo de se constituir como público leitor de jornal se deu simultaneamente à construção da percepção de tempo, de história e de certa sensibilidade narrativa necessária a tal consumo.

Nesta perspectiva, a notícia deve ser enfocada como um problema de ordem temporal. Assim, os jornais atenderiam a um anseio por novidades que, em parte, fora alimentado por eles mesmos. (Franciscato, 2005) O mundo moderno viveria um fetiche geral de novidade, um deslumbramento com a própria capacidade de ver e conhecer o novo (na verdade, de atribuir valor de novidade às coisas à volta não necessariamente novas).

Naquele final do século XIX, sem abandonar o debate político e os textos com contextualização temporal mais profunda, o noticiário já se aproximava do princípio da factualidade que governava então a

historiografia. Ao se aproximar cada vez mais dessa lógica, que se consagraria nos primeiros anos do século seguinte (Barbosa 1996 e 2007), tornava-se tanto fonte de narrativas que competiam com a História quanto dela se afastava, já que selecionava para narrar fatos cada vez mais recentes. Nesse sentido, configurava-se uma tensão interna na narratividade jornalística no que tange à profundidade temporal da qual tratava. Os produtos gráficos comercializados na forma de “história”, assim como outras narrações de passado tais como retrospectivas, edições comemorativas, entre outras, ganhavam nova significação, em função de todo o rearranjo de diferentes formas narrativas trabalhadas por um jornal.

Aquela foi uma época em que as fronteiras dos conhecimentos tal como tratamos hoje não estavam definidas da mesma forma. História e geografia, por exemplo, se misturavam. (Kodama, 2008) A historiografia pré-institucional era mais um conjunto de memórias e os jornais eram não apenas um lugar de divulgação desses saberes mas também de configuração de um passado nacional. Ao mesmo tempo em que se afastava da História, ao narrar um presente cada vez mais imediato, com narrativas cada vez mais fragmentadas, também passava a operar pela lógica da factualidade que marcava também a historiografia.

A ilustração intelectual pelo consumo de textos historiográficos contidos nos periódicos, um fetiche ao longo dos oitocentos no Brasil, foi substituída gradativamente, e mais acentuadamente no final daquele século, pela ilustração pela novidade, princípio da notícia, associado ao valor da informação. O noticiário teria passado a ser aquilo que era entendido como mais novo na vida diária. De fato, o conceito de notícia não possuía, no século XIX, o mesmo significado de hoje. Segundo o dicionário Moraes e Silva (1813), importante referência lexical no Brasil no século XIX, notícia era entendida como sinônimo de conhecimento, informação no sentido de erudição, sem necessariamente sentido de novidade ou de um conhecimento produzido recentemente.

Segundo Koselleck (2006), os conceitos possuem uma história não somente por suas variações semânticas mas também devido a sua variabilidade temporal. Eles carregam camadas temporais de significados. Além disso, os conceitos remetem a uma extensão temporal (intervalo projetado) e a uma intensidade da experiência. Assim, os sentidos que os conceitos adquirem num determinado contexto dependem da profundidade temporal a que se

referem (tanto em direção ao passado quanto em direção ao futuro) e do grau de intensidade da experiência a eles associado.

Considerações finais

Gostaria de encerrar não com conclusões parciais, pois a pesquisa está em andamento, mas abrindo nova frente reflexiva com base em McLuhan, para pensar o impacto do telégrafo no jornalismo do final do século XIX. Para ele, a tecnologia não é neutra. A introdução de um novo meio – e meio para ele é um conceito bem amplo que simplesmente “mídia” – altera as bases culturais da sociedade onde ele foi inscrito. Por outro lado, as consequências dessa introdução não são fenômenos linearmente previsíveis e logicamente explicáveis. Ele defende muito mais a perspectiva da hibridização dos meios, do jogo dialético entre suas potencialidades e as resistências a eles. (McLuhan, 1969, pp. 70-75) Seu método é ver o “entre” das coisas, de modo a superar o que ele chama de entorpecimento tanto frente a um meio antigo quanto frente a um novo. Assim, a análise do choque entre dois meios diferentes revela muito mais dos dois e das novas dinâmicas criadas a partir deles do que se analisados isoladamente (até porque é difícil que haja um meio isolado).

“O fato de uma coisa seguir-se a outra não significa nada. Não há princípio de causalidade numa mera sequência” afirma. Ou seja, a adoção do telégrafo não elimina as antigas práticas jornalísticas como de acumular cartas e a supremacia dos correios. Por outro lado, essas práticas também não permanecem idênticas depois que este novo elemento tecnológico é introduzido. “Qualquer tecnologia pode fazer tudo menos somar-se ao que já somos” (*Id. ibid.*, p. 26). A relação não é de acréscimo, mas de transformação.

No caso do telégrafo, esta tensão é ainda mais interessante, pois se trata talvez do meio de comunicação inaugural daquilo que McLuhan chama de Era da Informação elétrica. Segundo o autor, o meio elétrico, e podemos incluir aí o telégrafo, instaura ou pelo menos dá partida a uma nova racionalidade no Ocidente, até então regido hegemonicamente pelo pensamento linear da tipografia. “Para os ocidentais, há muito tempo, ‘racional’ naturalmente significa ‘sequência uniforme e contínua’. Em outras palavras, confundimos razão com instrução letrada e racionalismo com uma tecnologia isolada”. (*Op. cit.*, p. 30-54)

Por outro lado, mais adiante, o autor dá a entender de forma irônica que essa suposta linealidade anterior à era elétrica foi muito mais uma construção a *posteriori*, como reação a novas mudanças no mundo:

A perspectiva imediata para o homem ocidental, letrado e fragmentado, ao defrontar-se com a implosão elétrica dentro de sua própria cultura, é a de transformar-se rápida e seguramente numa criatura profundamente estruturada e complexa, emocionalmente consciente de sua total interdependência em relação ao resto da sociedade humana. (*Op. cit.*, p. 69)

Segundo McLuhan, um novo meio não surge do nada e não é introduzido em tabula rasa. Ele faz acompanhar e acompanha uma matriz cultural que lhe dá sentido. O meio é o sentido. Seu efeito é seu significado, pois seu impacto é sobretudo na percepção e no raciocínio. Assim, o uso do telégrafo não elimina as cartas, não torna a instantaneidade padrão jornalístico, nem altera a intensa presença do passado nos jornais. Mas ele fornece maior sensação de domínio do tempo e, ao ler as notícias cada vez mais atualizadas, ao saber o que aconteceu no dia anterior, o público pode ter sentido que a história corria e que seu cotidiano se acelerava (além evidentemente da aceleração efetiva da produção no sistema econômico de então). “Os efeitos da tecnologia não ocorrem nos níveis das opiniões e dos conceitos; eles se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas de percepção.” (*Op. cit.*, p. 34)

Portanto, o telégrafo pode ser entendido como uma prótese do tempo hibridizado com o meio jornal que já usava as cartas e a voz como sistema de comunicação. Ele pode ser entendido como uma prótese temporal dentro do meio tipográfico, que, por sua vez, também já era uma prótese temporal ao marcar o ritmo da vida cotidiana a partir de sua própria temporalidade narrativa. Um novo meio dentro de outro meio dentro de outro meio. Cada qual de sua maneira estendendo o homem no tempo, ampliando sua capacidade de enxertar significados ao presente, favorecendo a sensação de dele dar conta ou de estar em eterno débito. Um eterno atraso na corrida por significar. Assim também chegamos ao fim deste artigo. Sem nenhuma conclusão, mas com muitas ideias que queríamos compartilhar e repleta de perguntas que não cessam de aparecer.

Referências

A ERA DA ELETRICIDADE. “O Barão, o telégrafo e a chácara”. De 06 de julho de 2010. Disponível em: <http://blogmro.blogspot.com/2010/07/o-barao-o-telegrafo-e-chacara.html>. Último acesso em: 18/01/2011.

ABREU, Alzira Alves, LATTMAN-WELTAN, Fernando, FERREIRA, Marieta e RAMOS, Plínio. *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. RJ: FGV, 1996.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. Uerj-RJ: Contemporânea. N. 7, 2º sem/2006, pp. 45-55. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf. Último acesso em: 20/01/2011.

BARBOSA, Marialva C. *História Cultural da Imprensa. Brasil - 1800-1900*. RJ: Mauad X, 2010, 266p.

BARBOSA, Marialva C. *História Cultural da Imprensa. Brasil - 1900-2000*. RJ: Mauad X, 2007, 262p.

BARBOSA, Marialva C. *Imprensa, poder e público* (Os diários do Rio de Janeiro – 1880-1920). Tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 1996.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. SP: Companhia das Letras, 1990, 330p.

FERREIRA, Paulo Henrique de Oliveira. *O jornalismo on line: do telégrafo à internet móvel*. Revista de Estudos de Jornalismo. Campinas, 6 (1): jan/jun, 2003, pp. 65-77.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente*. Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005, 274p.

KODAMA, Kaori. “Entre a experiência e o registro: o conhecimento geográfico e histórico no Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará...”, de Raimundo José da Cunha Matos.” *In*: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. (orgs.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. RJ: EdUERJ, 2008, pp. 165-182.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: Contraponto: PUC-RJ, 2006.

MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. Revista Brasileira de História. SP, v. 21, n. 41, 2001, pp. 127-144.

MATHEUS, Leticia Cantarela. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Tese de doutorado em Comunicação. PPGCOM-UFF, Niterói (RJ), 2010, 272p.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. SP: Cultrix, 1969.

MORAES E SILVA, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real - o fetiche da velocidade*. RJ: Revan, 2002, 189p.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. RJ: E-papers, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas (SP): Papyrus, 1994, 327p.

ROXO DA SILVA, Marco Antônio. *Jornalistas, pra quê? Militância sindical e o drama profissional*. Tese de doutorado em Comunicação. Niterói (RJ): PPGCOM-UFF, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio". In: SECVENZO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada*, vol. 3. SP: Companhia das Letras, 1998, pp. 514-619.

SILVA, Mauro Costa da, e MOREIRA, Ildeu de Castro. "A introdução da telegrafia elétrica no Brasil. (1852-1870)." Revista da SBHC. RJ, v. 5, n. 1, jan/jul, 2007, pp. 47-52.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. RJ: Mauad, 1999.